



A EDUCAÇÃO DA RAPARIGA INDÍGENA NAS MISSÕES CATÓLICAS DURANTE O PERÍODO COLONIAL EM MOÇAMBIQUE

THE EDUCATION OF INDIGENOUS GIRL IN CATHOLIC MISSION DURING THE COLONIAL PERIOD IN MOZAMBIQUE

Denisse Kátia Soares Omar¹

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo compreender a educação da rapariga indígena nas missões católicas durante o período colonial. Tal período, que durou cerca de 500 anos, consequentemente deixou marcas profundas no seio da população, sendo mais relevantes aquelas deixadas no sistema educativo. Analisar a educação da rapariga durante o período colonial em Moçambique requer um exercício histórico, pois o sistema de educação no país passou por várias etapas, momentos e contextos. Essencialmente, a educação da rapariga ficou relegada à Igreja Católica, que teve um papel determinante no processo de ensino do indígena em Moçambique. A educação na missão tinha como objetivo nesse período preparar e nacionalizar o moçambicano para se tornar um português de pele negra e para servir ao governo colonial nos seus intentos. A partir desse cenário, na primeira parte do artigo analisei os primeiros escritos feitos a volta da educação da rapariga e como as escolas e os programas educacionais foram desenhados para as mesmas. Na segunda parte, debruço-me sobre a educação nas missões católicas. Este artigo baseou-se numa análise bibliográfica e documental, no qual buscou-se descrever os tópicos a partir dos materiais e documentos existentes nos arquivos da cidade, centrando-se principalmente na documentação que deu mais ímpeto e clareza à pesquisa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Rapariga. Missão Católica.

ABSTRACT

This article aims to understand the education of indigenous girls in Catholic missions during the colonial period. This period, which lasted about 500 years, consequently left deep marks on the population, with those left in the education system being more relevant. Analyzing the education of girls during the colonial period in Mozambique requires a historical exercise, as the education system in the country has gone through several stages, moments and contexts. Essentially, the education of the girl was relegated to the Catholic Church, which played a decisive role in the process of teaching the indigenous in Mozambique. Mission education aimed at preparing and nationalizing the Mozambican to become a black-skinned Portuguese and to serve the colonial government in its efforts. Based on this scenario, in the first part of the article I analyzed the first writings made around girls' education and how schools and educational programs were designed for them. In the second part, I focus on education in Catholic missions. This article was based on a bibliographic and documentary analysis, in which we sought to describe the topics from the materials and documents existing in the Archives, focusing mainly on the documentation that gave more impetus and clarity to the research.

KEYWORDS: Education. Girl. Catholic Mission.

¹ Departamento de Ciências Sociais e Humanas, Curso de História, Universidade Rovuma Nampula, Campus de Napipine, C.P n° 544, Moçambique. E-mail: denissekatiaomar@gmail.com



1 INTRODUÇÃO

O presente artigo intitulado “A educação da rapariga indígena nas missões católicas durante o período colonial em Moçambique” procura compreender como foi concebida a educação da rapariga a partir do momento em que ela foi inserida na missão católica portuguesa. A missão católica que atuou junto do governo colonial, no que diz respeito ao sistema educativo indígena, desempenhou um papel relevante no programa de educação feminina.

O governo colonial, ao desenhar o programa educativo para as meninas, explorou o fato de elas terem um importante papel na sociedade moçambicana, uma vez que a mulher nativa tinha um valor inestimável no seio de suas famílias, principalmente no que dizia respeito à gestão da economia e à procriação. Deste modo, foram idealizados programas educativos para as raparigas de forma a valorizar o futuro de serventia que elas teriam para o sistema colonial.

Desta forma, pode-se dizer que neste período, o sistema de educação que vigorava em Moçambique era coerente com os objetivos do sistema colonial, visando a propagação das suas relações de exploração e de dominação. E ainda, tinha como função modelar o homem e a mulher no sentido deles tornarem-se servis, despersonalizados e alienados às realidades do seu povo. Neste âmbito, o sistema educativo no país exprimia uma orientação ostensivamente segregacionista que se reproduzia no “Ensino Oficial Português”, destinado a uma elite branca. Ele coexistia com um outro, chamado “Ensino Rudimentar ou Profissional”, destinado aos grupos da população local, os indígenas, sendo em grande medida administrado pela Igreja Católica. Para esse último grupo, o ensino tinha caráter prático e o acesso a ele era restrito. Além disso, ele visava formar mão-de-obra minimamente qualificada ao serviço do tipo de exploração econômica com base na agricultura familiar e no monopólio de companhias comerciais sob a tutela vigilante do governo colonial português. Portanto, o ensino do colonizado em Moçambique constituiu um privilégio da Igreja Católica durante vários séculos. De início, a instrução literária era rudimentar, adquirida no seio da própria família e, mais tarde, ministrada por missionários.

Assim, é tarefa deste artigo compreender como foi concebida a educação da rapariga indígena nas missões católicas que funcionavam em Moçambique durante o período colonial, lembrando que tais missões eram de padres seculares que respondiam aos interesses da metrópole no âmbito do desenvolvimento moral e intelectual do indígena. Na primeira parte deste artigo, procuro analisar como nasce o interesse pela educação da rapariga em Moçambique a partir dos escritos de João Albasini. Com base em várias consultas, na segunda



parte do artigo procuro verificar como estabelecer a relação entre as missões católicas e a educação das raparigas. É importante relatar essa história, ainda pouco explorada, para entender como, desde cedo, as raparigas são protagonistas-chave de um processo histórico em Moçambique. Neste sentido, para a realização deste artigo levou-se em consideração uma análise bibliográfica e documental feita a partir dos materiais e documentos existentes nos arquivos da cidade, centrando-se principalmente na documentação que deu mais ímpeto e clareza à pesquisa.

2 A EDUCAÇÃO DA RAPARIGA EM MOÇAMBIQUE

Durante todo o período colonial, o processo educativo da rapariga indígena passou por uma evolução, na qual foram desenvolvidos vários programas de modo a satisfazer os interesses do governo. A educação da indígena foi também alvo de discussão entre moçambicanos instruídos como João Albasini e seus companheiros. Neste sentido, observa-se que os primeiros escritos sobre a situação da educação da mulher/rapariga em Moçambique, como aquela que necessitava aprender e preparar-se para o futuro, podem ser encontrados nos Jornais de Lourenço Marques O Africano e O Brado Africano, publicados em português e em ronga de 1908 a 1974 por um grupo de “homens de cor” como é o caso de João Albasini.

Para esse grupo de homens, a educação das raparigas e das mulheres, como veremos mais adiante, era uma das formas de se alcançar o princípio e o valor da raça negra. Os escritos publicados eram repletos de ideias que evidenciavam um nacionalismo embrionário. E neles era expressa, sobretudo, a questão da mulher da zona urbana, que devia ter uma formação “profissional” ou “técnica”, voltada para a organização doméstica, ou seja, devia receber uma educação feminina, onde a costura e a culinária, bem como os preceitos de higiene, seriam ministrados obrigatoriamente.

Neste contexto, percebe-se que o debate à volta da educação da rapariga indígena é iniciado por João Albasini, jornalista influente, escritor e ativista político que defendia os direitos dos africanos indígenas que estavam sob domínio do governo colonial português. Para Albasini, a primeira escola a ser instituída em Moçambique para formar indígenas deveria ser um internato para as jovens mulheres, pois ele acreditava que era necessário retirá-las do convívio familiar para poder educá-las com rigor e eficiência. Tal educação viria suprimir o lobolo², como refere Zamparoni (2002), pois isso tiraria as mulheres indígenas da situação de “escravas perpétuas” dos homens a

² Lobolo - é visto como uma categoria mais ampliada, pode apenas apontar um ritual de casamento, na qual existe a compra da noiva, ou seja, é um costume cultivado na região sul de Moçambique, onde a família da noiva recebe dinheiro pela perda que representa o seu casamento e a ida para outra casa (FURQUIM, 2016).



quem davam de comer e vestir, para quem criavam os filhos e de quem aturavam os vários vícios. Ainda na vertente desse autor, João Albasini estava convencido de que a educação da mulher elevaria o homem inculto até ela. Já a educação somente concedida ao homem, por mais perfeita e completa que fosse, "mais escravizaria a mulher e mais atormentaria o homem". Na opinião de Albasini, a educação e a instrução deveriam atingir os dois sexos "para se tirar um proveito a curto prazo, porque só a mulher instruída poderia regenerar o homem". Além disso, "educada, a indígena deixaria de ser a mãe desleixada e desorganizada e sem responsabilidades para com os filhos [...] a mulher negra educada irá, por certo, levantar o nível moral desse homem". E ainda, a mulher sem educação tendia a considerar o marido educado como estando "viciado pelo contacto com gente civilizada" e o repelia (ZAMPARONI, 2002, p.158).

2.1 Na óptica de Albasini, que tipo de ensino deveria ser destinado às mulheres indígenas?

João Albasini foi pioneiro da imprensa moçambicana. Por meio dos jornais O Africano, numa primeira fase, e mais tarde O Brado Africano, fez várias publicações sobre o que ele esperava e desejava acerca do ensino da mulher indígena. Segundo Coelho (2013), para João Albasini a mulher indígena deveria se comportar como a europeia, exercendo as funções de divisão sexual do trabalho que a cultura ocidental determinava.

Para os religiosos, as mulheres indígenas deveriam ser educadas nos princípios rudimentares da religião cristã para que substituíssem "as crenças e costumes atrasados" que as impediam de "entrar no convívio da civilização". Elas deviam, portanto, ser instruídas na base dos costumes europeus. Segundo o Jornal O Africano de 18 de fevereiro de 1914,

À mulher indígena devia se dispensar aos certos cuidados africanos ensinando-lhe o português, noções de agricultura e serviços caseiros, como, por exemplo, cozer, passar a ferro, cozinhar, lavar, arrumar a casa, cuidar do marido e dos filhos entre outros trabalhos, sendo por isso de toda a conveniência que em cada missão religiosa fosse colocada uma mulher europeia honesta e instruída que pouco e pouco conseguisse insinuar-se no animo das mulheres negras a fim de conseguir que elas conseguissem dar bons exemplos de moral aos seus filhos.

Nesse trecho é possível observar que João Albasini - cujas publicações também eram uma forma de se manifestar junto ao governo colonial - pretendia que a jovem mulher negra tivesse o mesmo tipo de educação das europeias e que os hábitos e costumes africanos fossem deixados de lado. Ainda em relação ao trecho acima, temos a opinião de Zamparoni (2002, p.158), que salienta:

[...] A educação feminina tal como concebida, não visava melhorar as técnicas ou práticas próprias do universo da domesticidade das mulheres indígenas, mas suprimi-las e substituí-las pelos valores e moralidade cristãos e por hábitos de vestuário e



alimentação considerados mais adequados à vida moderna e urbana, enfim, civilizados. Não se tratava de propor melhorias neste ou naquele processo de confeccionar e conservação dos alimentos, mas de trocar o fogão improvisado sobre as pedras pelo fogão de aço, mudar as referências culinárias substituindo a maneira como é cozinhada a chima, a ma-couve, o caril e o amendoim, pelo pão, pela batata frita e, se possível, pelo azeite e pelo bacalhau, alterando gostos, impondo sabores e outra gastronomia.

Portanto, como já falamos anteriormente, algumas propostas feitas em relação à educação das indígenas não só visavam alterar hábitos e costumes ancestrais, mas também atendiam às necessidades do governo colonial, como por exemplo, por meio da confecção de alimentos e roupas. Ao adquirir esses novos conhecimentos, a mulher indígena estaria inserida em novos padrões de vida, ou seja, passaria a frequentar o meio dos brancos, considerado "civilizado". Isso poderia acontecer tanto na condição de usuária quanto na condição de trabalhadora dos lares, seja dos brancos ou até mesmo de alguns membros da pequena burguesia negra.

Neste cenário, as publicações de João Albasini no Jornal O Africano de 1913 e de 1914 continuaram a enaltecer a importância da educação da rapariga:

A educação da mulher tinha ainda a "boa qualidade de acabar com o grande contingente de desgraçadas que bem podem tomar o caminho honesto, serem boas mães, educadoras dos filhos" e, além do mais, seriam úteis "a esta colônia onde se não tem uma criada, uma cozinheira, uma engomadeira, uma ama, uma parteira, onde a rapariga só cresce para o regalo da carne.

Deste modo, é possível notar mais uma vez que as publicações e o apelo de Albasini eram em prol de uma educação feminina da mulher negra voltada para o modelo de educação europeu. Caso contrário, ela tornar-se-ia uma "mulher da vida", só para satisfazer o desejo do homem branco.

Observa-se, assim, três pontos em comum, a começar por Zamparoni (1999), que sustenta que a educação feminina devia ser vista como um fator de libertação da mulher, quer em relação às práticas ancestrais, quer modernas. Outro ponto é o de João Albasini e seus companheiros, que acreditavam que a mulher africana do futuro devia ser educada nos valores cristãos e treinada com as habilidades domésticas europeias; ela também deveria tomar consciência de sua situação de escrava e de objeto dos homens, imposta tanto pela manutenção do *lobolo* quanto pela introdução e alastramento da prostituição. Assim, ao se libertar de ambas, a nova mulher tornar-se-ia útil à sociedade como trabalhadora e educadora das gerações futuras.



O último ponto em comum é o dos religiosos, que acreditavam que a mulher indígena devia ser educada para sair do estágio selvagem e usufruir da civilização.

Para que estas sugestões fossem ouvidas, diversos protestos se seguiram e, finalmente, em 1922, o Alto-Comissário Brito Camacho instalou a Escola Agrícola do Umbeluzi, masculina, e, a seguir, uma escola feminina no prédio do Grêmio Africano, que recebeu o nome do mais ilustre membro da pequena burguesia negra moçambicana: João Albasini, falecido nesse mesmo ano. Em 1930, diante de várias reclamações, o governo colonial decidiu apoiar, com verbas oficiais, a construção de um novo prédio para que a escola pudesse implantar um regime de semi-internato, tal como pensara o seu patrono (O BRADO AFRICANO, 14/7/1922 e 24/12/1930).

3 A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO DA RAPARIGA INDÍGENA

A organização do ensino na província de Moçambique obedecia aos planos gerais estabelecidos para todo o território português. Todavia, tais planos foram por vezes ligeiramente modificados, harmonizando-se às diferentes ambiências e às peculiares vivências das populações.

Neste sentido podemos salientar que o ensino escolar foi o meio oficial escolhido pelo governo colonial para civilizar e integrar o indígena na sociedade. Entretanto, a educação escolar sistematizada para o indígena só se tornou prioritária na década de 1940. Em 7 de Maio de 1940, na celebração do 8º Centenário de Independência e da 3ª Década de Instauração da República de Portugal, foram assinados a Concordata e o Acordo Missionário, momento que foi o culminar de um longo processo de reaproximação do Estado e da Igreja Católica (BERNARDO, 1996).

É no Acordo Missionário que se encontram os postulados relacionados diretamente com as colônias e de forma especial com o ensino do indígena. O Acordo continha 21 artigos e neles encontravam-se textos que faziam menção ao papel da Igreja em fundar e dirigir escolas para indígenas e europeus, colégios masculinos e femininos de ensino elementar, secundário e profissional.

Segundo Gomes (2001), para além do Acordo Missionário foi também criado o Estatuto Missionário que, no artigo 66º, pode se ler o seguinte: “o ensino especialmente destinado aos indígenas deveria ser inteiramente confiado ao pessoal missionário e aos seus auxiliares”. Já o artigo 68º do mesmo estatuto diz: “o ensino indígena será assim,



essencialmente nacionalista, prático e conducente ao indígena poder auferir meios para seu sustento e de sua família e terá em conta o estado social e psicológico das populações a que se destina”. Neste processo de ensino, os acordos mantiveram a obrigatoriedade de ministrar o ensino em português, que era a língua de contato e de união de todas as províncias.

O artigo 16º do Acordo Missionário citado por Gomes (2001) dizia que “nas escolas indígenas missionárias era obrigatório o ensino na língua portuguesa, ficando plenamente livre, em harmonia com os princípios da igreja, o uso da língua indígena no ensino da religião católica”.

Apesar do Estado Português conceder às missões católicas a responsabilidade de criar e dirigir as escolas indígenas, ele não deixou de acompanhar e legislar políticas de ensino quanto ao seu funcionamento. As escolas das missões existiam dentro de um sistema de administração colonial e eram supervisionadas por um inspetor de educação.

As missões, por causa da sua dinâmica de trabalho, tinham facilidade em se instalar e penetrar no seio das comunidades rurais onde estava o grande número da população chamada indígena. O Estado sabia bem disso e tirou proveito, incumbindo ou confiando às missões a tarefa de dirigir as escolas indígenas. Isso não significava que o Estado se demitia da sua tarefa de acompanhar e definir a política de ensino. As missões eram obrigadas a apresentar um relatório no fim de cada ano letivo (LARANJEIRA, 1995).

3.1 As características das escolas religiosas

As escolas para os indígenas não seguiam um padrão uniforme quer na sua estrutura, quer no seu funcionamento. Muitas delas estavam localizadas nos meios rurais e eram frequentadas por filhos dos nativos, na sua maioria famílias com baixo poder financeiro. Nelas ensinavam-se rudimentos da língua portuguesa e algumas, de forma mais avançada, possuíam um programa e tinham a ajuda da administração do Estado. Geralmente essas escolas localizavam-se nos povoados e tinham como objetivo nacionalizar e moralizar o indígena no que dizia respeito à aquisição de hábitos e aptidões de trabalho, à harmonia com os sexos, a condições e convivências das economias regionais, compreendendo na moralização o abandono da ociosidade e a preparação de futuros trabalhadores rurais e artífices que produziriam o suficiente para suas necessidades e encargos sociais (LARANJEIRAS, 1995).

As escolas religiosas, consoante suas características próprias, receberam designações diversas, conforme apresentado a seguir.



3.1.1 Escola Capela

Estas eram escolas que se localizavam nas aldeias e, além de funcionarem como local de ensino de doutrina cristã, serviam também para o ensino da escrita, do português e de outros programas referentes ao ensino indígena. Esse tipo de escola apresentava sempre uma característica de ruralidade e temporalidade. Em todo o território moçambicano, havia uma falta enorme de vias de comunicação, sendo habitado por populações que na sua totalidade eram muito dispersas em povoações. Esse tipo de escola estava espalhado pela mata e distanciado entre si por dezenas de quilômetros (DIRECÇÃO PROVINCIAL DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, 1965).

3.1.2 Postos escolares

Os postos escolares eram caracterizados por terem um número reduzido de alunos. Encontravam-se no seio das comunidades rurais e muitas vezes estavam distantes das sedes das missões ou mesmo das áreas urbanas. A estrutura física era muitas vezes precária. Segundo o Estatuto Missionário, muitas dessas escolas estavam entregues às missões religiosas. Por falta de recursos materiais, procuravam mobiliá-las com meios considerados rudimentares. Por vezes, a elas estavam anexadas oficinas de carpintaria e horta de culturas agrícolas. Além disso, elas quase sempre antecederam as futuras escolas primárias. Os postos escolares ministravam o ensino ao longo de quatro anos. Existiam as disciplinas de português, história de Portugal, desenho, trabalhos manuais, educação moral e higiene (DIRECÇÃO PROVINCIAL DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, 1965).

3.1.3 Escolas centrais

Ao contrário dos postos escolares, que muitas vezes se encontravam disseminados nas aldeias, as escolas centrais estavam localizadas nas sedes das missões e desta forma congregavam um número maior de alunos. Essas escolas eram frequentadas por alunos de diversas aldeias, sendo mais controladas, organizadas e bem estruturadas (DIRECÇÃO PROVINCIAL DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, 1965).

3.1.4 Escolas profissionais

Para o governo colonial era necessário facultar aos indígenas o ensino profissional a fim de que eles aprendessem a ganhar seus meios de subsistência. Nessas escolas, o ensino literário e científico não era relevante, pois o que importava eram a arte e o ofício. Segundo a política colonial, o ensino técnico-profissional tinha duas vantagens, sob o ponto de vista moral e de utilidade prática. Moral porque, tendo um exemplo que vinha de cima, o indígena iria acostumar-se a dar o devido apreço ao trabalho manual. E prático, porque ele aprenderia a ganhar a vida no seu dia-a-dia. E isso transformava-se numa vantagem para ele e para o governo. Portanto, o objetivo do ensino era incutir nas populações indígenas os hábitos e costumes do trabalho e da educação (DIRECÇÃO PROVINCIAL DE SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO, 1965).

Além disso, nesse tipo de escola era obrigatório ter um programa de ensino profissional feminino, pois acreditava-se que a mulher instruída significava uma sociedade mais desenvolvida uma vez que ela, além de ser geradora de filhos, ainda velava pela família.

Neste contexto, a educação da rapariga indígena em Moçambique dividia-se em dois ramos: o ensino rudimentar e o profissional, sendo esse último voltado para o aprendizado de trabalhos manuais. Havia uma atenção especial às raparigas que, além de aprenderem um ofício, deveriam receber treinamento para que se tornassem excelentes donas de casa, ou ainda, empregadas domésticas.

As escolas profissionais destinadas às raparigas indígenas funcionavam em regime de semi-internato e internato a tempo inteiro e proporcionavam “o aperfeiçoamento da menina indígena em ordem a prepará-la para formar o lar civilizado e para adquirir honestamente os meios de manter uma vida civilizada” (DA SILVA, 1961, p. 40).

Normalmente, a partir dos 10 anos de idade as meninas começavam a ter outros tipos de aulas, como economia doméstica, cujo objetivo era preparar boas donas ou governantas de casa, o que compreendia a limpeza e o arranjo da casa e suas dependências, o tratamento da roupa, a culinária e o serviço de copa (RIBEIRO, 2015).

Segundo Castiano et al. (2005), a formação profissional era feita de forma separada para rapazes e raparigas. As raparigas frequentavam as chamadas “Escolas Profissionais para Indígenas”, com cursos que duravam dois anos e compreendiam uma formação primária e profissional. A formação profissional abrangia o curso de Economia Doméstica e de Costura (limpeza e arrumação da copa, tratamento de roupa, cozinha e copa, roupa para mulher, roupa



para homem, fazer doces e vender, costurar roupa própria ou para vender, entre outros). As condições de ingresso eram fixadas para as raparigas entre doze e dezesseis anos de idade, uma vez terminada a 3ª classe.

4 AS MISSÕES CATÓLICAS E A EDUCAÇÃO DAS RAPARIGAS

Neste ponto, procura-se trazer o panorama histórico das relações entre o Estado Colonial e as Missões Católicas face a educação das raparigas indígenas em Moçambique. Salienta Ribeiro (2015) que, durante o período colonial, as escolas eram voltadas para o público masculino e visavam a formação de uma elite colonial culta e religiosa. Não havia uma atenção especial para as mulheres, especialmente as indígenas, no que diz respeito ao ensino formal. Essa falta de preocupação com a instrução escolar feminina refletia no lugar inferior ocupado pela mulher na sociedade colonial: como esposa, era considerada propriedade do marido, vivendo inteiramente submissa ao seu domínio. Fechada em casa, dedicava-se aos cuidados do esposo e dos filhos.

Tabela n.º 1 - Religiosas por dioceses em Moçambique

Dioceses	Número de religiosas		
	1956	1957	1958
Lourenço	235	243	272
Marques	124	136	154
Beira	63	65	75
Quelimane	87	109	110
Nampula	27	28	28
Porto Amélia			

Fonte: Revista de Estudos Ultramarinos, 1961

Como se observa nessa tabela, o aumento do número de missionárias não beneficiou sensivelmente as Dioceses do norte de Moçambique como Nampula e Porto Amélia, região onde a carência de pessoal era maior. Os problemas a que a atividade missionária tinha de fazer face nessas regiões eram particularmente agudos e de um alcance social e político evidente.

Nota-se também, a partir dessa tabela, que as irmãs ou missionárias eram relativamente numerosas na cidade de Lourenço Marques. Nesta vertente, olhamos como exemplo para a



Missão conhecida por Casa de Educação de Munhuana, que ocupava um lugar de relevo na cidade de Lourenço Marques e era dirigida pelas Franciscanas Missionárias de Maria. A Casa de Educação contava com aproximadamente 800 alunas, das quais 196 eram internas, ou seja, viviam em regime de internato. O número de internas foi mais elevado em alguns anos, chegando a 200, mas a insuficiência das instalações obrigou a restringi-lo (REVISTA DE ESTUDOS ULTRAMARINOS, 1961).

O ensino formal aí ministrado incluía a instrução primária e a formação doméstica (cozinha, costura, corte e bordados). Após a instrução primária, algumas raparigas prosseguiram seus estudos na cidade de Lourenço Marques, frequentando o Liceu. Outras frequentavam a Escola Técnica. Das alunas que se encontravam na Missão em regime de internato, algumas pagavam mensalidades e outras não, dependendo de sua situação.

Visto nesta perspectiva, Isaacman e Steffan (1984) salientam que durante o período colonial as oportunidades de educação que existiam para os moçambicanos eram extremamente limitadas, sendo proporcionadas quase que exclusivamente pela Igreja Católica. Antes de um moçambicano poder entrar para escola primária, ele ou ela tinha de frequentar o “Ensino de Adaptação” até que fosse demonstrado o domínio da língua portuguesa. Das 392.796 crianças que frequentavam o “Ensino de Adaptação” no sistema de ensino missionário no ano de 1959, só 6.928, isto é, 17%, viriam a entrar para a escola primária. Embora esses números não incluam a distribuição por sexo, os rapazes constituíam a maioria esmagadora da população escolar de crianças africanas durante o período colonial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatou-se nesse artigo que o governo colonial português, com apoio das missões católicas, desenhou um programa educativo feminino, pois desde cedo eles perceberam que a mulher nativa tinha um papel importante e indispensável na família já que, entre outras coisas, ela controlava a economia ligada a produção agrícola. Além disso, ela também era reprodutora e, no futuro, teria de educar seus filhos.

Neste contexto, percebe-se que o sistema educativo da rapariga indígena ligado a escola profissional tinha a intenção de prepará-la para formar um lar civilizado, ser boa gestora de casa e excelente empregada doméstica, ou seja, a rapariga era preparada para ser doméstica.

Constatou-se ainda que não havia interesse em criar um sistema educativo que contribuísse para a formação profissional da rapariga, isto é, que permitisse a ela trabalhar fora



de casa ou numa instituição administrativa. Essa situação é vista até nas publicações de João Albasini feitas nos jornais africanos, ou seja, o que se esperava da mulher é que ela se tornasse uma boa gestora do lar com ferramentas europeias.

REFERÊNCIAS

BERNARDO, Viana M. M. Concordata e Acordo Missionário. **Dicionário de História do Estado Novo**, vol. I A-L. Lisboa: Ed. Bertrand, 1996.

CASTIANO, José Paulo et al. **A longa Marcha duma “Educação para Todos” em Moçambique**. Maputo: Imprensa Universitária, 2005.

COELHO, Marcos Vinícius Santos Dias. João Albasini: o seu discurso sobre a “civilização” selvagem em Moçambique colonial. In: **Revista ABPN**, vol.5, nº 9. Nov-Fev, 2013. pp.126-147.

DA SILVA, Maria da Conceição Tavares Lourenço. Missões Católicas Femininas em Moçambique. In: **Revista Trimestral do Instituto Superior de Estudos Ultramarinos**. Lisboa, vol. 5, n.º1-3, 1961.

DIRECÇÃO PROVINCIAL DOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO. **Panorama do ensino na Província de Moçambique**. Lourenço Marque: Empresa Moderna, 1965.

FURQUIM, Fabiane Miriam. A permanência do Lobolo e a organização social no sul de Moçambique. In: **Revista Cantareira** nº 25/Jul-Dez, 2016.

GOMES, Manuel Satarino Costa. **Artigo 15 do Acordo Missionário de 1940: a Concordata entre a Santa Sé e a Republica Portuguesa**. Lisboa: Ed. Almedina, 2001.

ISAACMAN, Barbara e STEFHAN, June. **A mulher moçambicana no processo de libertação**. Maputo: Instituto Nacional de Livro e Disco, 1984.

LARANJEIRA, Carla Maria. Apontamentos sobre os primórdios do ensino primário em Moçambique. In: **Africana**. Porto: Universidade Portugalense, 1995.

REVISTA DE ESTUDOS ULTRAMARINOS. **Exploração portuguesa em Moçambique**. Lisboa, 1961.

RIBEIRO, Fábila Barbosa. Educação e ensino de História em contextos coloniais e pós-coloniais. In: **Revista de Humanidades**. Vol.16, nº 36. Brasil: Dossiê ensino de História, 2015. pp.27-53.

ZAMPARONI, Valdemir Donizette. Gênero e trabalho doméstico numa sociedade colonial: Lourenço Marques, Moçambique, c.1900-1940. In: **Revista Afro-Ásia**, 1999, nº 23, pp.145-172.



ZAMPARONI, Valdemir Donizatte. As "escravas perpétuas" & o "ensino prático": raça, gênero e educação no Moçambique Colonial, 1910-1930. In: **Estudos Afro-Asiáticos**. vol. nº 24, nº 3 Rio de Janeiro, 2002.

Enviado em: 20/07/2020
Aprovado em: 21/01/2021